



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 646/2013

Revoga a Lei nº 12.504, de 22 de janeiro de 1999.


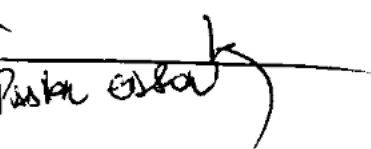
Art. 1º Revoga a Lei nº 12.504, de 22 de janeiro de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Paulo Roberto


Relator 


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 653/2013


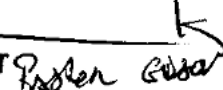

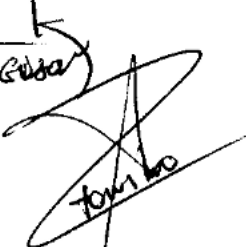
Revoga a Lei nº 11.121, de 30 de junho de 1995.

Art. 1º Revoga a Lei nº 11.121, de 30 de junho de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 658/2013


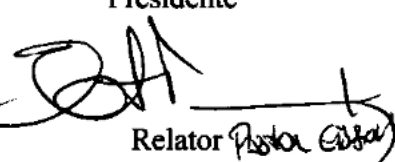
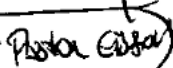
Revoga as Leis nº 4.742, de 6 de agosto de 1963; nº 6.580, de 4 de julho de 1974; nº 6.648, de 24 de dezembro de 1974; nº 6.790, de 31 de maio de 1976; nº 6.801, de 21 de junho de 1976; nº 6.812, de 8 de julho de 1976; nº 6.872, de 28 de abril de 1977; nº 7.148, de 23 de maio de 1979; nº 7.446, de 14 de maio de 1981; nº 7.805, de 22 de dezembro de 1983; nº 8.366, de 22 de setembro de 1986; nº 8.607, de 29 de outubro de 1987; nº 8.696, de 30 de dezembro de 1987; nº 8.738, de 6 de janeiro de 1988; nº 8.964, de 20 de abril de 1989.

Art. 1º Revoga as Leis nº 4.742, de 6 de agosto de 1963; nº 6.580, de 4 de julho de 1974; nº 6.648, de 24 de dezembro de 1974; nº 6.790, de 31 de maio de 1976; nº 6.801, de 21 de junho de 1976; nº 6.812, de 8 de julho de 1976; nº 6.872, de 28 de abril de 1977; nº 7.148, de 23 de maio de 1979; nº 7.446, de 14 de maio de 1981; nº 7.805, de 22 de dezembro de 1983; nº 8.366, de 22 de setembro de 1986; nº 8.607, de 29 de outubro de 1987; nº 8.696, de 30 de dezembro de 1987; nº 8.738, de 6 de janeiro de 1988; nº 8.964, de 20 de abril de 1989.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator 


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 675/2013

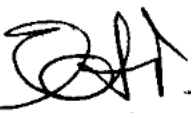
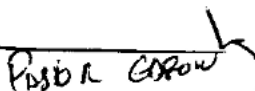
Revoga as Leis nº 11.808, de 14 de agosto de 1997, nº 11.984, de 30 de dezembro de 1997, 12.029, de 30 de janeiro de 1998, nº 12.177, de 27 de janeiro de 1998, nº 12.496, de 22 de janeiro 1999, nº 12.519, de 25 de janeiro 1999, nº 12.538, de 25 de janeiro de 1999, nº 12.571, de 8 de junho de 1999, nº 12.682, de 30 de setembro de 1999, nº 12.768, de 17 de dezembro de 1999, nº 12.890, de 29 de maio de 2000.


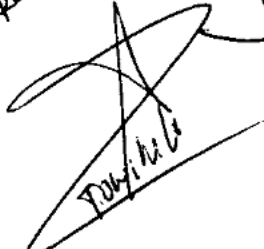
Art. 1º Revoga as Leis nº 11.808, de 14 de agosto de 1997, nº 11.984, de 30 de dezembro de 1997, 12.029, de 30 de janeiro de 1998, nº 12.177, de 27 de janeiro de 1998, nº 12.496, de 22 de janeiro 1999, nº 12.519, de 25 de janeiro 1999, nº 12.538, de 25 de janeiro de 1999, nº 12.571, de 8 de junho de 1999, nº 12.682, de 30 de setembro de 1999, nº 12.768, de 17 de dezembro de 1999, nº 12.890, de 29 de maio de 2000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2014.

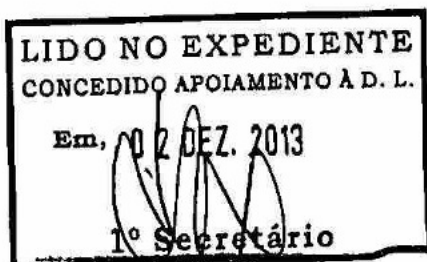

ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 711/2013

Revoga a Lei nº 10.582, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 10.582, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

Deputado **TÁDEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública a entidade baixada perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, tendo em vista que não iniciou suas atividades.

Assim, e diante da necessidade de revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Exibir Ato

Lei 10582 - 13 de Dezembro de 1993

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 4157 de 13 de Dezembro de 1993


Súmula: Declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança, com sede à Rua Curitiba, 576, no município de Nova Esperança.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 13 de dezembro de 1993.


Roberto Requião
Governador do Estado

Nizan Pereira Almeida
Secretário de Estado da Saúde

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 711/2013

Projeto de Lei nº. 711/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 10.582, de 13 de dezembro de 1993.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 10.582 QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADE JÁ EXTINTA – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 10.582/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora das Graças de Nova Esperança.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a entidade que atualmente não desempenha mais suas atividades, ou seja, está extinta.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, a referida entidade não possui mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação da respectiva lei que concede o título de utilidade pública à mesma.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

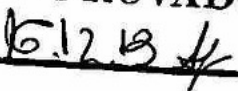
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

16.12.13 

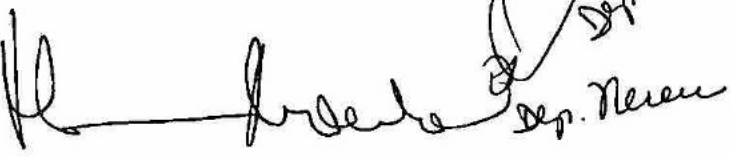

Dep. Laurion


Dep. Tachimi


Dep. Henrique


Dep. Bastos


Dep. Tadeu


Dep. Nereu



PROJETO DE LEI Nº 712/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 02 DEZ. 2013
1º Secretário

Revoga as Leis nº 11.323, de 17 de janeiro de 1996; nº 10.274, de 17 de maio de 1993; nº 16.712, de 23 de dezembro de 2010; nº 12.568, de 8 junho de 1999; nº 14.331, de 16 de fevereiro de 2004 e nº 14.673, de 1º de março de 2005.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 11.323, de 17 de janeiro de 1996; nº 10.274, de 17 de maio de 1993; nº 16.712, de 23 de dezembro de 2010; nº 12.568, de 8 junho de 1999; nº 14.331, de 16 de fevereiro de 2004 e nº 14.673, de 1º de março de 2005.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades com atividades suspensas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 712/2013

Projeto de Lei nº. 712/2013

Autores: Deputados Caífo Quintana, Tadeu Veneri, Aníbelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 11.323, de 17 de janeiro de 1996, 10.274, de 17 de maio de 1993, 16.712, de 23 de dezembro de 2010, 12.568, de 8 de junho de 1999, 14.331, de 16 de fevereiro de 2004 e 14.673, de 1º de março de 2005.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 11.323/1996, 10.274/1993, 16.712/2010, 12.568/1999, 14.331/2004 E 14.673/2005 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caífo Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:

Lei 11.323/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Guaíra, com sede e foro na Cidade de Guaíra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 10.274/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche "São Francisco de Assis de São Tomé", com sede e foro no Município de São Tomé-Pr.

Lei 16.712/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Gerando Saúde Mental, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.568/1999. Súmula: Declara de utilidade pública, o Núcleo Terapêutico Menno Simons, com sede e foro nesta Capital.

Lei 14.331/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e medicina Tradicional Chinesa do Brasil – UNICHIN, com sede e foro nesta Capital.

Lei 14.673/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos EPHETA, com sede e foro nesta Capital.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

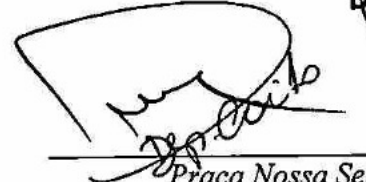





Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

16.12.13.Rg







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROJETO DE LEI Nº 713/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em. 02 DEZ. 2013
1º Secretário

Revoga as Leis nº 7.874, de 25 de junho de 1984; nº 10.246, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.472, de 16 de julho de 1996 e nº 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 7.874, de 25 de junho de 1984; nº 10.246, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.472, de 16 de julho de 1996 e nº 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.

Deputado CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO

Deputado TADEU VENERI
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento por liquidação judicial.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 713/2013

Projeto de Lei nº. 713/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga as Leis nº 7.874, de 25 de junho de 1984, 10.246, de 8 de janeiro de 1993, 11.472, de 16 de julho de 1996 e 12.004, de 6 de janeiro de 1998.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 7.874/1984, 10.246/1993, 11.472/1996 E 12.004/1998 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:

Lei 7.874/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 10.246/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO CULTURA, EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL SÃO MARCOS", com sede e foro em Cascavel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 11.472/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação de Proteção à Infância e à Adolescência F.P.I.A., com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Lei 12.004/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede na cidade de Curitiba e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Caribé

Dep. Laurion

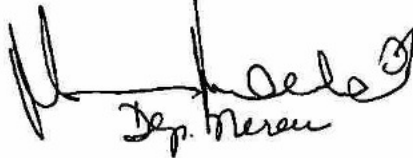

Dep. Tereza

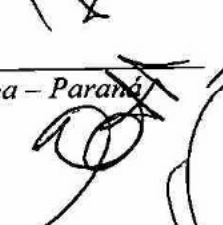

Dep. Hermes Jr.

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13


Dep. Nereu


Dep. Pastor

Dep. Valdemar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 10 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 743/2013

Revoga a Lei nº 12.265, de 12 de agosto de 1998.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 12.265, de 12 de agosto de 1998.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TERECÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 10.151, de 30 de novembro de 1992 já havia concedido o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Oeste. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 743/2013

Projeto de Lei nº. 743/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 12.265, de 12 de agosto de 1998.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 12.265/1998, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – DUPLICIDADE DE LEIS- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 12.265/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Santa Izabel do Oeste.

Esta Lei concede o título de utilidade pública a Associação que já havia recebido o título anteriormente, conforme a Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.151/1992. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, de Santa Izabel do Oeste", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, existe duplicidade de lei que trata do mesmo assunto, o que é vedado pela legislação. Em sendo assim, necessário se faz a revogação da Lei nº 12.265/1998.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

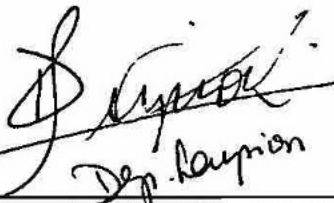

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


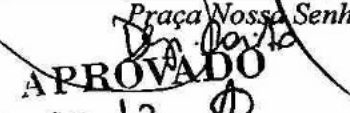

Dep. Turini


Dep. Hamor

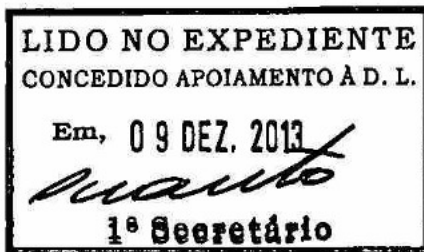

Dep. Lacerda


Dep. Pastor


Dep. Laurion



APROVADO
17/12/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



VETO Nº 27/13 PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

OF/CTL/SEEG nº 351/2013. Curitiba, 05 de dezembro de 2013.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 291/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 620/2012, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 620/2012, de autoria parlamentar, objetiva dar nova redação ao art. 1º da Lei nº 14.855, de 19 de outubro de 2005, que dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública.

A atual redação do dispositivo aqui analisado tem a seguinte redação:

"Art. 1º As lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros." (grifo nosso)

Caso a medida fosse sancionada, referido artigo passaria a ter a seguinte redação:

"Art. 1º As lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental, particular e da rede pública, deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros."

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de contrariedade ao interesse público porque, durante o seu trâmite pelo Poder Executivo, o Secretário de Estado da Saúde manifestou-se de forma contrária à exclusão das escolas do ensino médio quanto à observância de padrões técnicos que visam assegurar a alimentação saudável em suas respectivas lanchonetes e similares por entender que a obesidade, hipertensão e demais doenças ligadas à hábitos alimentares inadequados estão em crescimento na população adolescente.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.722.817-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 05/12/2013

Presidente

14:38 09/12/2013 0106610 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Na mesma esteira, a Secretaria de Estado da Educação, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Educacional, também manifestou-se de forma contrária ao presente Projeto de Lei, conforme a Informação nº 015/12-SUDE/DILOG, observando, inclusive, a inviabilidade técnica, pois tanto a rede pública de ensino, assim como a rede particular, costuma integrar os ensinos fundamentais e anos finais e médio no mesmo colégio, utilizando o mesmo espaço e a mesma cantina comercial.

Cumpre ressaltar, ainda, que o presente Projeto de Lei contraria a Portaria Interministerial nº 1010/2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Vejamos:

"Art. 1º Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

...

Art. 3º Definir a promoção da alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários:

...

III - estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;"

Dessa forma, veto o Projeto de Lei nº 620/2012, por entender que falta interesse público conforme se vê nas argumentações colocadas pela Secretaria de Estado da Saúde e pela Secretaria de Estado da Educação.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SEEG
CTL

Fls. 13

Projeto de Lei nº 620/2012 (Autoria do Deputado Fernando Scanavaca)

Altera o art. 1º da Lei nº 14.855, de 19 de outubro de 2005.



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

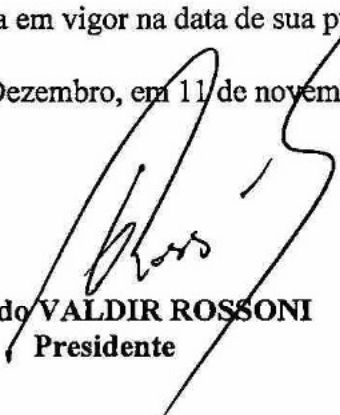
DECRETA:

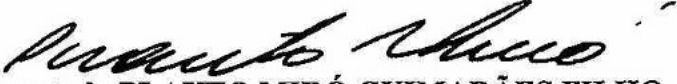
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.855, de 19 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental, particular e da rede pública, deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de novembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 27/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 27/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veto ao Projeto de Lei nº 620/2012, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que altera o artigo 1º da lei nº 14.855 de 19 de outubro de 2005.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 620/2012, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que altera o artigo 1º da lei nº 14.855 de 19 de outubro de 2005, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 620/2012 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **19 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 26/2013, foi exarada em data de **05 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

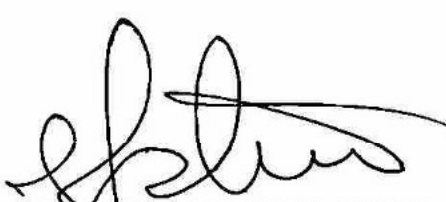


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

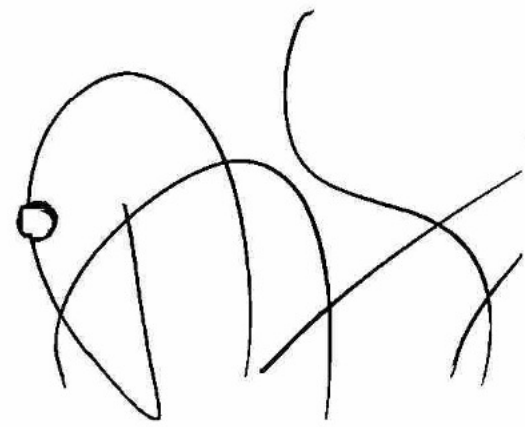


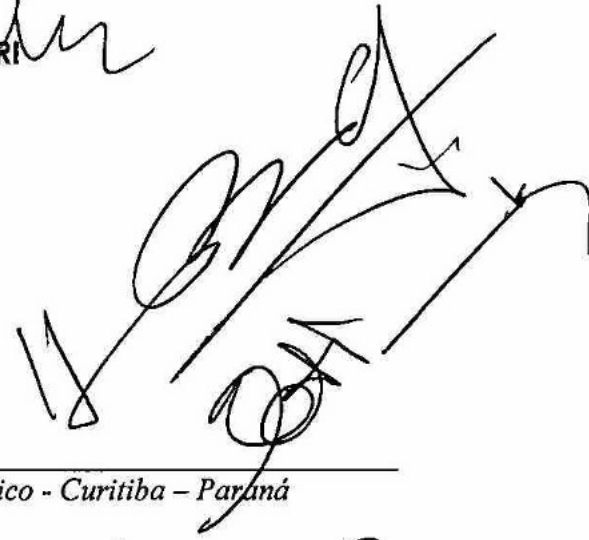
CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 16 de Dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ALEXANDRE CURI
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

16.12.13 